

Propaganda e informação no *Mercúrio Português* (1663-1667): representações discursivas do poder régio e do governo de Castelo Melhor¹

Jorge Pedro SOUSA²

Sandra TUNA³

Maria Érica de Oliveira LIMA⁴

Resumo

Através de uma análise qualitativa do discurso, procura-se, neste trabalho, entender o papel político do *Mercúrio Português* (1663-1667), segundo periódico a ser publicado em Portugal, no contexto da guerra pela independência que o país travou com Castela, entre 1640 e 1668, e da intriga palaciana que levaria à regência do Infante D. Pedro, futuro Rei D. Pedro II de Portugal, e ao correspondente impedimento de D. Afonso VI. Tentou-se avaliar se o *Mercúrio* foi um periódico propagandístico ou informativo, tendo como foco de análise a forma como o Rei e o seu valido, o conde de Castelo Melhor, foram discursivamente representados. Sustenta-se que a intenção do redactor foi a de difundir informações (mas) com um viés propagandístico, pois António de Sousa de Macedo era secretário de Estado de D. Afonso VI e apoiante de Castelo Melhor.

Palavras-chave: *Mercúrio Português*. Informação. Propaganda. Portugal. Restauração da Independência.

Abstract

By means of qualitative discourse analysis, this work aims to determine and understand the political role played by the *Portuguese Mercury*, the second Portuguese periodical – *Mercúrio Português* – in the context of the independence war against Castile, between 1640 and 1668, and of the palatial intrigue that would lead Infant D. Pedro (future King Pedro II) to the government of the kingdom and consequent “dethroning” of Afonso VI. It attempts to find out whether the *Mercúrio* had an essentially propagandistic or informative purpose, by looking into the way the King Afonso VI and his “prime-minister”, the Earl of Castelo

¹ Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/110038/2009 e FCOMP-010124-FEDER-014347.

² Professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal), agregado (livre-docente), pós-doutor e doutor em Jornalismo. Email: jpsousa@ufp.edu.pt

³ Professor auxiliar da Universidade Fernando Pessoa e pesquisadora do Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento. Doutora em Linguística. Email: stna@ufp.edu.pt

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e pela Universidade Fernando Pessoa, Portugal.



Melhor, were represented in discourse in that paper. We maintain that, its writer, António de Sousa Macedo, intended to spread news information, (but) with a propagandistic slant, as he was himself the secretary of State of Afonso VI, and supported the government of the Earl of Castelo Melhor.

Keywords: *Mercúrio Português*. Information. Propaganda. Portugal. Restoration of the independence.

Introdução

Em 1580, Portugal e Castela foram unidos sob um mesmo ceptro por Filipe II (D. Filipe I de Portugal). A independência portuguesa foi reconquistada a 1 de Dezembro de 1640, graças a um golpe de Estado que fez proclamar D. João IV, duque de Bragança, como Rei de Portugal. A guerra com Castela que se seguiu duraria até 1668, tendo tido particular expressão durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1682), sucessor de D. João IV. O conflito terminou já na regência de D. Pedro II (regente entre 1667 e 1682 e Rei de 1682 até 1706).

O processo da Restauração da Independência – não apenas militar, mas também político e diplomático – fomentou o aparecimento do jornalismo periódico em Portugal. A nova dinastia brigantina precisava de dispositivos que engrandecessem e legitimassem a sua causa perante as elites e o povo e perante os países estrangeiros, incluindo-se, aqui, os Estados Pontifícios, e um deles foi o primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração” (TENGARRINHA, 1989, p. 38; CUNHA, 1941, p. 15-16). Publicada entre 1641 e 1647, no dizer de Sousa *et al.* (2010, p. 335), a *Gazeta*, em várias notícias, fez efectivamente a propaganda da Restauração e da dinastia de Bragança (SOUSA *et al.*, 2010, p. 224), mas não é menos verdade que “cumpriu uma função noticiosa e também historiográfica”, “num tom algo laico e seco” (SOUSA *et al.*, 2010, p. 335). Aliás, conforme notam Sousa *et al.* (2010), os aspectos informativos da *Gazeta* sobrepõem-se aos seus eventuais propósitos propagandísticos.

Após o término da publicação da *Gazeta*, Portugal esteve dezasseis anos sem publicações periódicas. A situação só se inverteria com o surgimento d’O *Mercúrio Português*, em 1663, pela mão de António de Sousa de Macedo (1606-1682), estadista e diplomata afecto à causa da Restauração. O jornal duraria até 1667, cobrindo um período de

intensa intriga palaciana⁵ e de intensificação do conflito independentista com Castela⁶, que, não obstante, terminaria logo no início de 1668, já durante a regência do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II, com a assinatura do tratado de paz, em Madrid, a 5 de Janeiro de 1668, ratificado, em Lisboa, a 13 de Fevereiro.

Com o *Mercúrio Português*, relançou-se, portanto, o *periodismo* em Portugal. O presente trabalho tem por objectivo avaliar se, face ao contexto em que foi produzido, o jornal assumiu uma função informativa ou se, pelo contrário, foi uma peça ao serviço da propaganda da Restauração, do poder régio e do governo de Castelo Melhor. Em concreto, procurou responder-se a uma pergunta crucial: Qual a moldura simbólica construída discursivamente para a acção do Rei e do seu governo pelo *Mercúrio Português*? Isto é, qual é a imagem sugerida pelo *Mercúrio Português* aos seus leitores quando em causa estavam a governação e os governantes do Reino no quadro da longa guerra pela independência que se travava com Castela, sobretudo na raia fronteiriça?

Para se responder às perguntas de investigação, fez-se uma leitura flutuante, embora sistemática, de todos os números do *Mercúrio Português* e transcreveram-se, na íntegra ou parcialmente, algumas das matérias que melhor permitiam responder às questões de investigação, seguindo os procedimentos de análise qualitativa do discurso propostos por Sousa (2006, p. 343-376). Inferiram-se, através dos exemplos recolhidos, os enquadramentos simbólicos discursivamente sugeridos pelo *Mercúrio Português* para a luta pela independência, para a governação e para os governantes do Reino e, a partir desse ponto,

⁵ A Rainha-Mãe Dona Luísa de Gusmão, Rainha de Portugal, ficou regente do Reino após a morte do seu marido, o Rei D. João IV. O promissor príncipe-herdeiro, D. Teodósio, tinha morrido com apenas 19 anos, em 1653, pelo que o seu irmão, D. Afonso VI, ascendeu ao Trono sem a devida preparação e havendo, inclusivamente, dúvidas sobre as suas capacidades mentais. Em 1662, um golpe palaciano orquestrado pelo principal aio do Rei, o conde de Castelo Melhor, afastou a Rainha-Mãe, Dona Luísa de Gusmão, da regência. O reinado de D. Afonso VI, sob a orientação do conde de Castelo Melhor, viu consolidar-se a Independência do Reino, mercê das vitórias militares e dos triunfos políticos e diplomáticos. Mas a notória incapacidade do Rei, o seu comportamento desbragado e violento e a sua alegada impotência – que levou, inclusivamente, à anulação, em 1668, do casamento com Dona Maria Francisca de Sabóia, celebrado em 1666 – acabou por dar argumentos ao partido do Infante D. Pedro, que assumiu a regência no final de 1667. D. Pedro casaria com a ex-cunhada, Dona Maria Francisca de Sabóia, em 1668, e tornou-se Rei (D. Pedro II) após a morte de D. Afonso VI. O legítimo soberano foi mantido em isolamento desde 1668 até ao seu falecimento, em 1683. O conde de Castelo Melhor, que D. Pedro II responsabilizava moralmente pela morte da Rainha-Mãe, Dona Luísa de Gusmão, ocorrido em 1666, foi afastado do governo do País e exilado após a ascensão de D. Pedro à regência. Só pôde regressar a Portugal em 1685, já depois da morte da Rainha Dona Maria Francisca de Sabóia (que sobreviveu apenas três meses ao seu primeiro marido – ou noivo, caso o casamento não tenha sido consumado – D. Afonso VI).

⁶ Duas das mais importantes – senão as mais importantes – batalhas da Guerra da Restauração ocorreram no dia 8 de Junho de 1663 (Ameixial) e no dia 17 de Junho de 1665 (Montes Claros), com vitórias portuguesas.



procuraram-se deduzir quais as intenções do respectivo enunciador – António de Sousa de Macedo (até ao final de 1666) e autor anónimo (em 1667).

1 O *Mercúrio Português* e António de Sousa de Macedo

O *Mercúrio Português* foi publicado por António de Sousa de Macedo entre Janeiro de 1663 e Dezembro de 1666. Nesse período, saíram, com rigorosa periodicidade mensal (algo que a *Gazeta* de 1641-1647 não tinha conseguido manter), 48 números e dois suplementos (Junho de 1664 e Junho de 1665). Em 1667, foram publicados sete números, entre Janeiro e Julho, mas estes já não terão sido redigidos por Sousa de Macedo⁷ (CUNHA, 1941, p. 58; TENGARRINHA, 1989, p. 41.), entretanto afastado da Corte, no final de 1666. Permanecem no anonimato o redactor, ou redactores, desses últimos sete números do *Mercúrio Português*, que, de qualquer modo, por pouco tempo conseguiu, ou conseguiram, continuar a obra de Macedo.

O jornal tinha formato de “quarto” ou *in-quarto*, sensivelmente o actual formato A5. As páginas impressas variaram entre as oito e as 32. Foi taxado, consoante o número de páginas, entre cinco e dez réis⁸. Com o desaparecimento do *Mercúrio Português*, Portugal, num quadro barroco de intensificação do absolutismo, ficou sem publicações periódicas consistentes até ao surgimento do jornal oficioso *Gazeta de Lisboa*, em 1715.

O *Mercúrio Português* foi um empreendimento de António de Sousa de Macedo, jurista e doutor em Direito. Convertido à vida diplomática após a Restauração da Independência, com a qual alinhou desde a primeira hora, exerceu as funções de embaixador de Portugal em Londres e nas Províncias Unidas (Holanda). Foi ainda secretário das Mercês (1662) e secretário de Estado de D. Afonso VI (a partir de 1663). O seu alinhamento com o partido de D. Afonso VI e do conde de Castelo Melhor e a sua incompatibilização com Dona Maria Francisca de Sabóia, Rainha de Portugal, teriam sido, aliás, as causas directas da suspensão da publicação do periódico (MATTOS, 1944, p. 373). O fim da guerra pela independência de

⁷ Esta suposição é reforçada pela despedida que Macedo faz das funções de redactor do periódico no número de Dezembro de 1666 do *Mercúrio*: “se ouiver outrem que o faça por curiosidade, ou zelo da Pátria, se lhe deverá o louvor, ou repreensão do que escrever; que em nada disto quer mais ter parte, porque nem tem espírito para mártir, nem cobiça para ladrão”.

⁸ O padre António Vieira, numa das suas cartas, diz que se pagava um vintém por ele, mas a expressão poderia traduzir somente ironia (*Carta ao Marquês de Gouveia*, 23 de Fevereiro de 1665, coligida por AZEVEDO, 1926, p. 125).



Portugal também esfumou um dos pretextos da publicação do *Mercúrio*, pois este, no seu primeiro número, propunha-se, no próprio título, oferecer “as novas da guerra entre Portugal e Castela”.

O jornal e o seu autor, que defendia o partido da guerra⁹, fizeram, efectivamente, vários inimigos. O padre António Vieira taxava o *Mercúrio Português* de mentiroso, incontido e mal escrito¹⁰. De qualquer modo, pode conjecturar-se que o *Mercúrio* teria pouca implantação fora da Corte, mas nesta a sua importância seria mais do que residual, influenciando, eventualmente, o fortalecimento da corrente de opinião belicista e favorável ao governo de Castelo Melhor e a D. Afonso VI, ao mesmo tempo que a sua periodicidade alimentava a expectativa do público até mesmo fora do País¹¹. Notoriamente, os cortesãos e militares, em

⁹ No *Mercúrio* de Janeiro de 1664, António de Sousa de Macedo traduz claramente essa posição: “Só o conde de Castilho (...) lhes persuade (...) que os portugueses sempre aceitarão a paz cada vez que lha der Castela. Mas engana-se, porque os empenhos e interesses de Portugal com outros príncipes a poderão impedir, e quando lha concedamos será com as condições a que os reduzir seu estado”. O padre António Vieira, por seu turno, admirava-se do belicismo de Sousa de Macedo: “Mas o nosso *Mercúrio* nos segura de todos estes temores com o pouco medo que tem às prevenções de Castela” (*Carta a D. Rodrigo de Menezes*, de 23 de Fevereiro de 1665, coligida por AZEVEDO, 1926, p. 128).

¹⁰ Numa das cartas do padre António Vieira coligidas por João Lúcio de Azevedo (1926, p. 57) pode ler-se: “Enfim, senhor, eu tomara ver este discurso de V. S.^a impresso com letras de ouro, e que falaram pelo estilo dele os do nosso desgraçado *Mercúrio*, tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz. Ele é de opinião que façamos alguma coisa, e pudera considerar, como tão lido nos exemplos de Fábio Máximo, que há ocasiões em que no não fazer consiste tudo; e que os conselhos dos grandes generais se não desprezem, e que os rumores do vulgo nem são grandes nem são conselhos.” Noutra carta, igualmente coligida por Azevedo (1926, p. 125), o mestre da língua portuguesa acusa o *Mercúrio* de divulgar impensadamente segredos de Estado: “Se não fora quaresma, bem pudera o nosso *Mercúrio* deste mês casar este novelo com aquela novela. Antigamente era coisa muito prezada ter um conselheiro de Estado para saber um segredo. Agora se compra tudo isto com um vintém. Muito sentirão os castelhanos ver públicos os seus segredos, mas consolar-se-ão por saber os nossos.” Noutra carta ainda (*in* AZEVEDO, 1926, p. 24), refere-se com ironia à prolixidade do redactor do jornal: “Muito alentados nos deixa a nova de prevenção e superioridade com que (...) estão os nossos generais e exército. Quererá Nosso Senhor dar-lhe o bom sucesso que prometem, para que *Mercúrio* tenha larga matéria de espriair a eloquência (...)” (*in* AZEVEDO, 1926, p. 24).

¹¹ Há duas referências ao jornal num manuscrito anónimo sobre o reinado de D. Afonso VI, elaborado por um contemporâneo do soberano, publicado e apresentado por Eduardo Brazão (1940). Este historiador atribui a autoria do manuscrito ao próprio Sousa de Macedo, mas poderá ser de Pedro Severim de Noronha, secretário das Mercês de D. Afonso VI, assassinado às portas do paço real em 1664, pois só assim se compreende o tom com que no manuscrito se criticam os excessos do *Mercúrio*: “será conveniente resumir os sucessos do exército (...) com muito maior brevidade do que a relação inserta no *Mercúrio*”. A segunda referência é mais inócua: “o conde de Castelo Melhor, melhor advertido, e receando os murmúrios (...), em lugar do desterro prognosticado ao pregador (...) pediu aos prelados que não fizessem demonstração e que El-Rei lho significasse assim como conta o *Mercúrio Português*”. Aliás, se o padre António Vieira o criticava nas suas cartas, alguma influência o jornal teria e algum alvoroço suscitava, entre amigos, adversários e inimigos. Pelo menos, criava expectativa – o público habituava-se a esperar por um periódico, como o reconhece, irónica mas realisticamente, o próprio padre António Vieira: “A oração de *Mercúrio* também deve sair este mês: temos muito e bom latim para os estudantes das classes menores” (*in* AZEVEDO, 1926, p. 104) Essa mesma expectativa pela publicação do próximo número do *Mercúrio* plasma-se, inclusivamente, noutra das cartas de Vieira, na qual aproveita para criticar a alegada falta de qualidade (ventura) da publicação, reconhecendo-a, no entanto, igualmente com fina ironia, como património dos portugueses (“nosso *Mercúrio*”), talvez com audiência além-fronteiras (os espiões espanhóis



busca de uma espécie de imortalidade simbólica e glorificada, queriam que os seus nomes fossem referidos nas páginas do jornal¹². Espanta, ainda assim, a forma algo leviana com que, no *Mercúrio Português*, António de Sousa de Macedo divulgava segredos militares¹³, como sucede no seguinte exemplo:

Pudéramos destruir Castela se o não impedira a falta que tivemos de mantimentos, a novidade de trigo e cevada dentro de Portugal foi muito pouca; a peste em Inglaterra, a guerra com Holanda, as cautelas em França, os receios nas cidades hanseáticas (...) não permitiram vir cevada de fora, com o que padeceu muito a nossa cavalaria e não podia obrar o a que nos convidava a fraqueza do inimigo. (*Mercúrio Português*, Dezembro de 1665)

Em todo o caso, António de Sousa de Macedo foi, para Alberto Pena Rodríguez (1994, p. 332), “o primeiro jornalista português”. Tengarrinha (1989, p. 41) afirma, igualmente, em seu favor, que “Embora, cronologicamente, não tivesse sido Sousa Macedo o primeiro jornalista português, foi na verdade ele o primeiro quem, pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista”.

Em termos normativos, o *Mercúrio Português* obedecia aos princípios legais do duplo licenciamento, civil e eclesiástico, conforme estabelecidas nas Ordenações Filipinas do Reino (Livro V, título 102) e na Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, cujas disposições continuaram em vigor após a Restauração da Independência. Essa legislação foi, inclusivamente, reforçada por um decreto de 14 de Agosto de 1663, talvez menos ocasionado pelo próprio *Mercúrio*, já então em publicação, e redigido por um membro do Governo, do que pelas publicações clandestinas, ou quase, que satirizavam e criticavam directa ou indirectamente D. Afonso VI. O referido decreto estipulava que “não se dê licença sem consulta a obras em que se envolvam as coisas do Estado ou reputação pública”. Era a forma

certamente liam-no): “Agora se espera (...) a relação de todo o sucesso, em que costumamos ser menos venturosos que na campanha. Queira Deus encaminhar a pena do nosso *Mercúrio* de maneira que a glória (...) não fique esquecida, e acabe de conhecer a Europa e o mundo o que é Portugal” (Carta a D. Rodrigo de Menezes, de 29 de Junho de 1665, coligida por AZEVEDO, 1926, p. 186).

¹² Esta questão, indiciadora da importância que o *Mercúrio* teria na Corte, obrigou Sousa de Macedo a grande ginástica editorial. Em Junho de 1663, por exemplo, escreve o redactor no jornal: “porque como a intenção do *Mercúrio* (...) é somente dar (...) notícia do estado das coisas de Portugal (...) não lhe é necessário (...) especificar pessoas; e só lhe serviria para se malquistar e causar queixas aos que por esquecimento ou falta de informação se não achassem nomeados e louvados, com merecimento ou sem ele” (*Mercúrio Português*, Junho de 1663) Este tipo de prosa justificativa de quem se fala e não se fala é regular, surgindo passagens semelhantes nos números de Julho de 1663, Junho e Novembro de 1665, Julho e Outubro de 1666, entre outros.

¹³ Recorde-se que esta terá sido a razão para a suspensão e interrupção da publicação da *Gazeta* “da Restauração” em 1642 (SOUSA *et al.*, 2010, p. 65-67).



encontrada pelo poder régio e pelo poder clerical para controlarem a formação de correntes de opinião. Por isso, o *Mercúrio Português*, além de ser taxado, ostentava a referência “Com todas as licenças necessárias” ou “Com todas as licenças”, sinal de que tinha passado pela dupla censura.

2 Informação e propaganda no *Mercúrio Português*

A informação veste-se de propaganda ao poder real logo no primeiro número do *Mercúrio Português*. A notícia da cedência do poder da Rainha-Mãe ao seu filho, D. Afonso VI, sobre o qual recaíam fundadas dúvidas sobre a sua capacidade para governar, omite, nomeadamente, que essa transição resultou de um golpe palaciano orquestrado pelo conde de Castelo Melhor. Emerge da notícia a ideia tranquilizadora de que a prudência e abertura do jovem monarca o teriam levado a rodear-se de sapientes, experimentados e hábeis conselheiros, pelo que, obviamente, o poder estaria em boas mãos:

Aos 23 dias de Junho (...) do ano de 1662, achando-se o Sereníssimo Rei D. Afonso VI com idade competente, a Rainha Regente, sua mãe (...), lhe entregou solenemente o governo do Reino (...). Foi a primeira acção d’El-Rei librar a experiência na contínua assistência de seis conselheiros de Estado, entre os quais, por anos, erudição, manejo de negócios e vistas de terras estrangeiras se acham todas as notícias do militar e político, no secular e no eclesiástico. (*Mercúrio Português*, Janeiro de 1663)

Nesse mesmo número do periódico, António de Sousa de Macedo descreve os largos trabalhos do Rei. A matéria revela a quem não o conhecesse o quotidiano do chefe de Estado, pelo que tem uma intenção informativa. Mas também se trata de uma peça destinada a responder, indirectamente, a quem duvidasse da dedicação do jovem monarca ao País e aos portugueses e da sua capacidade para alterar o seu comportamento adolescente, de maneira a assegurar o eficaz governo do Reino junto dos seus conselheiros, do secretário de Estado, o próprio Macedo, e do secretário das Mercês, bem como do escrivão da Puridade, o conde de Castelo Melhor, descrito como uma “pessoa das maiores do Reino”:

As coisas maiores se vêm e propõem a El-Rei em conselho de Estado (...). O despacho ordinário de consultas e petições faz El-Rei com seis dos mesmos conselheiros de Estado deputados para isto, e com os dois secretários, que repartidamente tocam as matérias todos os dias que não são santos à tarde, assistindo pelo menos hora e meia (...) com o secretário de Estado, nas



segundas, quartas e sextas-feiras, com o do Expediente e Mercês, nas terças, quintas e sábados, sendo as quintas-feiras destinadas particularmente para mercês em recompensa de serviços, mas nestas assistem (...) dois dos ditos conselheiros. Todas as noites, ainda que sejam dias santos, assina El-Rei os papéis que deve assinar, no que, por serem muitos, gasta horas (...). E dizendo-se-lhe que para escusar este grande trabalho podia usar de caixilho, como costumam os outros reis, respondeu que o faria quando se achasse cansado, e assina tudo de mão própria. Além destas horas de ocupação ordinária, em todas as do dia e da noite, sendo necessário, acode e despacha extraordinariamente (...). Dá audiências gerais todas as quartas e sextas-feiras pela manhã, e aos fidalgos aos sábados, e outras audiências particulares sem dia nem hora certa. De modo que repartidas as horas (...) poucas ficam para se entreter (...), sendo admirável num rei tão moço tão repentina mudança a tanto trabalho (...). Dos conselheiros de Estado, escolheu um para escrivão da Puridade (...), pessoa das maiores do Reino, de juízo, valor, expediente e fidelidade (...) com quem (...) pode tratar as matérias mais particulares e por quem os vassallos, sem o temor reverencial que causa a Real presença, possam a todo o tempo (...) adverti-lo e representar-lhe suas queixas (...). Esta é, em suma, a forma de governo presente de Portugal, que parece deve esperar-se todo o acerto que podem prometer as disposições humanas com o favor de Deus. (*Mercúrio Português*, Janeiro de 1663)

Deve notar-se, no excerto de texto anterior, a invocação do favor de Deus, que afasta o *Mercúrio*, arcaicamente, do tom laico que SOUSA *et al.* (2010, p. 335) identificam na *Gazeta “da Restauração”*.

A informação sobre a partida do Rei para uma das actividades favoritas da nobreza de então – a caça – também é noticiada. Mas mais uma vez se releva que o Rei não cessava de governar o país:

Em 19 deste mês partiu El-Rei a fazer exercício na casa das suas coutadas de Salvaterra e Almeirim e com ele o Sereníssimo Infante Dom Pedro seu irmão, com quem em todas as saídas e entretenimentos se acompanha, amando-se tão estreitamente que se libra uma das felicidades do Reino nesta conformidade de ambos. Não cessa lá o despacho dos negócios, para o que levou consigo um dos secretários e alguns conselheiros, deixando outro em Lisboa para se comunicarem, e um ou dois dias antes do de Cinzas voltará a esta Corte. (*Mercúrio Português*, Janeiro de 1663)

A matéria anterior destaca-se, igualmente, pela ênfase que coloca em dar uma imagem harmónica da Corte, quando, na verdade, à época, já muitos viam em D. Pedro uma solução possível para o País. Seria somente, no entanto, a chegada de Dona Maria Francisca de Sabóia a Portugal, em Agosto de 1666, que veio detonar, em definitivo, a separação das águas entre os partidários do Rei e do conde de Castelo Melhor, entre os quais se incluía Sousa de



Macedo, e os partidários do seu irmão, o que determinou a posterior ascensão de D. Pedro ao poder.

No número de Agosto de 1663, respondendo, certamente, a alegações contra a forma como os criados do paço real tratavam os vassallos, o *Mercúrio* oferece ao leitor a ideia de que D. Afonso VI tinha um apurado e imparcial, mas cristão, sentido de justiça. O tom do periódico, mais uma vez, afasta-se da laicidade patente na *Gazeta*, talvez por causa da religiosidade do próprio redactor:

Este favor do Céu procuram os ministros de Sua Majestade merecer e Sua Majestade dar-lhes exemplo na administração da justiça. Por ocasião do jubileu da Porciuncula, dizendo-se a Sua Majestade que alguns criados seus eram irrequietos, declarou aos corregedores e ministros do Crime que os primeiros com quem haviam de se entender eram os seus criados, se não procedessem como deviam, porque ainda que estime aqueles em que entende que há valor, só quer que o empreguem cristãmente, no que consiste a verdadeira valentia. (*Mercúrio Português*, Agosto de 1663)

No mesmo número António de Sousa de Macedo dá um exemplo da enorme tolerância de El-Rei e do seu “valido”. O caso noticiado é o de um pregador que, na Corte, num tempo em que era ainda do púlpito que se difundiam grande parte das novas opiniões e ideias, se atreveu, de forma mais ou menos velada, a criticar a governação de Castelo Melhor e, dessa maneira indirecta, o próprio Soberano:

E festejando-se na Corte, aos 21 deste mês, os anos de Sua Majestade, e pregando na Capela Real o padre António de Sá, da Companhia de Jesus, e parecendo que em algumas palavras picava no governo, como alguns pregadores costumam, se disse que seus superiores o queriam afastar da Corte, ao que acudiu o conde de Castelo Melhor, pedindo-lhes com toda a instância que o não mudassem, e para maior segurança de que não o fizessem, lho encomendou Sua Majestade por um decreto firmado por sua Real mão, afirmando que gostara muito de o ouvir e que queria que os pregadores falassem com toda a liberdade. (*Mercúrio Português*, Agosto de 1663)

Apesar disso, interessantemente, o próprio redactor não se inibe de se intrometer na contenda, endereçando um aviso claro ao jesuíta em causa. Macedo revela-se, nessa passagem, quiçá algo intolerante e menos diplomata do que o previsto:

Porém *Mercúrio*, que é deus da facúndia, lhes aconselha, se lhe é lícito, que usem dela [liberdade] nos termos devidos a tão grave lugar, sem se fiarem



desta permissão, porque nem sempre as horas são umas, e sempre é bom ir pelo seguro. (*Mercúrio Português*, Agosto de 1663)

Em Setembro de 1663, a ênfase do *Mercúrio* vai para a diligência e capacidade demonstradas – sob *inspiração divina* – pelo conde de Castelo Melhor na resolução dos problemas do abastecimento militar e da instituição da Junta do Comércio:

No fim de Agosto (...) acabou o assento de pão de munição, palha e cevada que os assentistas proviam ao exército e praças do Alentejo. Do primeiro dia deste mês de Setembro em diante, começou a correr pela Junta-Geral do Comércio. E porque nesta matéria se fez ao Reino o serviço mais importante para a guerra, será bem declarar o que (...) de novo se conseguiu neste provimento. (...) Este aperto dava o maior cuidado ao conde de Castelo Melhor, a quem Sua Majestade encarregou o principal manejo dos negócios até que reduzida a melhor forma a Companhia-Geral do Comércio do Brasil, Deus, que visivelmente encaminha as coisas de Portugal, parece que inspirou ao conde que se podiam escusar aqueles assentos, administrando a mesma companhia o dito provimento por conta de Sua Majestade, administrando ela o dinheiro, não levando interesses, e satisfazendo-se de consignação proporcionada como o que cessariam os lucros dos assentistas, ficariam livres as consignações que sobejassem, seria o pão e cevada por conta de Sua Majestade qual convinha e não haveria a murmuração de que se comprava por taxa para revender sem ela.

A propaganda política do *Mercúrio* em prol da imagem do Rei é evidente, também, por exemplo, em matérias publicadas no número de Novembro de 1663. Nelas destacam-se as virtudes cristãs caritativas do monarca e a proximidade entre o monarca e os seus súbditos:

Coroa-se a relação deste mês com a acção que El-Rei nosso Senhor obrou em 12. Era segunda-feira e indo Sua Majestade a cavalo para a quinta de Alcântara (...) encontrou o Santíssimo Sacramento da Paróquia de São Paulo. Apeou-se Sua Majestade com aquela piedade herdada de seus avós e acompanhou o Senhor até à casa da doente que ia visitar, e sabendo que era uma mulher muito pobre, lhe mandou dar 50 cruzados, deixando ordem para se lhe dar o mais de que necessitasse. E tornando a acompanhar até à igreja, mandou dar mil cruzados de esmola à Confraria para um ornamento. (...) Em 22 deste, sendo Sua Majestade informado da necessidade que padecem as crianças que nesta cidade de Lisboa se enjeitam, por não haver cabedal bastante para seu sustento, e paga das amas que as criam (...), foi servido fazer mercê de três mil cruzados de renda cada ano, pagos a cem mil réis cada mês, para ajuda da criação dos ditos enjeitados (...). Não pode ser vencido quem por tantas vias procura o favor de Deus. (*Mercúrio Português*, Novembro de 1663)

Em Janeiro de 1664, o *Mercúrio* explicita que as obras pias de D. Afonso VI atraíram o favor de Deus para o Reino:



Mas porque, com razão, se costuma dizer no fim dos prognósticos *Deus sobre tudo*, soube o nosso Monarca neste ano obrigar a Deus com os dons que repartiu para obras de piedade. (...) Entende bem que não se diminui para a guerra o que se dá a Deus, é usura divina fazer-lhe empréstimos semelhantes (...), que com tanta prontidão está a bondade divina para pagar à piedade portuguesa (...). (*Mercúrio Português*, Janeiro de 1664)

O baptizado do filho do conde de Castelo Melhor, de quem o Rei foi padrinho, deu a António de Sousa de Macedo a oportunidade para, mais uma vez, engrandecer, simultaneamente, D. Afonso VI, pela cortesia, generosidade e interesse pela descendência do seu valido, e o próprio conde de Castelo Melhor, destinatário da honraria concedida pelo Soberano e classificado como governante eficaz:

Em 9, que era domingo, foi o baptismo do filho do conde de Castelo Melhor, do conselho de Estado de El-Rei Nosso Senhor, seu escrivão da Puridade, no qual Sua Majestade quis ser o padrinho. Às 3 horas da tarde, saiu Sua Majestade do seu quarto, acompanhado do Senhor Infante, do conde e mais senhores e fidalgos da Corte, vestidos de gala com muitas jóias, que todos à saída da Câmara beijaram a mão de Sua Majestade e Sua Alteza, por aquela mercê. Passou Sua Majestade por dentro do quarto em que vive o conde, que é contíguo (...). Ali o esperava a senhora marquesa de Castelo Melhor, mãe do conde, e lhe beijou a mão, e a Sua Alteza, pela honra que recebia, e fez officio de madrinha (...). E logo acabado o baptismo (...) Sua Majestade se foi (...) a ouvir as Completas. Refere-se esta acção de Sua Majestade por ser coisa raríssima em Espanha fazerem os reis esta honra a algum vassalo, e para que se veja a grandeza e benignidade d'El-Rei Nosso Senhor, e seu Real ânimo em premiar os que o servem com a lealdade, cuidado e acerto com que o conde o faz. (*Mercúrio Português*, Março de 1664)

Em Fevereiro de 1666, o foco do *Mercúrio* é o amor filial de D. Afonso VI e do seu irmão, D. Pedro, pela Rainha-Mãe, à hora da morte desta. O jornal respondia, possivelmente, aos que criticavam uma alegada insensibilidade do monarca para com o sofrimento da sua mãe, a quem culparia de preferir que D. Pedro ocupasse o Trono. O tom é, mais uma vez, profundamente religioso. Aliás, num País católico, nada melhor do que apresentar o monarca como uma pessoa devota e pia, cheia de virtudes cristãs:

Recebeu Sua Majestade o desengano com grande ânimo (...). Escreveu uma carta a El-Rei nosso senhor, outra ao senhor Infante (que se achavam em Salvaterra) e outra à Sereníssima Rainha da Grã-Bretanha, despedindo-se de todos com o affecto de mãe. Na sexta-feira se confessou para morrer (...) e depois recebeu a Santa Unção (...). Com as cartas para El-Rei nosso senhor e senhor infante chegou um criado da Rainha (...) e logo ambos se



resolveram a partirem para tomarem a bênção da sua mãe e sem maior dilação lhe responderam também por cartas de amor e obediência. (...) A inconstância do vento e maré, de que se haviam fiado mais para a brevidade da viagem, que de fazer o caminho por terra, não deixou chegar Sua Majestade e Sua Alteza à presença da Rainha nossa senhora se não quase às 9 da noite. (...) Não houve práticas naquelas visitas porque o sentimento emudece. Retiraram-se El-Rei e o senhor Infante a seus paços. E antes de se deitar mandou Sua Majestade um criado pela posta a saber da Rainha sua mãe (...), mas ela, como se estivesse só esperando a vista dos filhos, apartados eles, começou a morrer (...) e expirou às 11h30 daquela mesma noite de sábado 27 de Fevereiro de 1666, com todos os sinais de piedade cristã e de ir lograr melhor Coroa no Céu. (*Mercúrio Português*, Fevereiro de 1666)

O que se diz no *Mercúrio* oculta, por outra parte, o que não se diz. A personagem política fundamental do Infante D. Pedro, futuro Rei, é relativamente ostracizada no *Mercúrio*. Quando o príncipe é referido, como acontece na notícia anterior, é quase somente na qualidade de irmão do monarca. Uma única notícia, inócua, o individualiza, e mesmo essa surge na sequência de outra sobre a saúde da sua irmã, a Rainha (consorte) de Inglaterra e da Escócia, Dona Catarina de Bragança:

Coroou-se a felicidade deste mês com ele recuperar saúde o Sereníssimo Infante Dom Pedro, que com outra febre (quase ao mesmo tempo que a Rainha sua irmã) pôs este Reino em grandíssimo cuidado. Verdadeiramente foi-nos este ano tão feliz que para segurança da felicidade parece que era necessário algum desconto, como notão os que espiritualmente consideram a condição humana. Mostrou-nos Deus, o das enfermidades destes dois príncipes, que nos eram tão sensíveis, mas logo, por sua bondade, se absteve do castigo, aproveitando-nos a ameaça para prevenção e para segurança. (*Mercúrio Português*, Dezembro de 1663)

De novo se nota, na notícia anterior, a religiosidade da prosa. “Deus está connosco, portugueses!”, parece exclamar António de Sousa de Macedo, insuflando ânimo aos seus compatriotas, a quem dirige o texto, ao mesmo tempo que se identifica com eles (*nós* contra *os outros*). Segundo a moldura interpretativa aplicada ao discurso pelo redactor, as contrariedades de 1663 foram apenas uma forma de o divino se imiscuir no humano, endereçando uma mensagem aos portugueses (e não a outros, pois Deus apenas se revelou a *nós*, portugueses – Deus “mostrou-nos”, escreve Macedo) para que estes não sobrevalorizassem os sucessos do ano e abandonassem as precauções contra Castela, garantes de segurança.



Não pode, no entanto, pensar-se que o *Mercúrio* não dava relevo aos partidários de D. Pedro. Por várias vezes são referidos nas notícias, em tom elogioso, os nomes de chefes militares que perfilhavam o partido de D. Pedro, como o duque do Cadaval, o conde de São João da Pesqueira ou Pedro Jacques de Magalhães, visconde da Fonte Arcada. Mas isso acontecia no quadro da galvanização propagandística dos portugueses para a luta pela independência, na sequência das intenções belicistas do partido do conde de Castelo Melhor e de D. Afonso VI. Eis alguns exemplos:

Saiu-lhe ao encontro o conde da Vidigueira (...), e o duque do Cadaval (que (...) nas ocasiões que há sai à campanha) e debaixo de muitas balas (...) deram muitos abraços à vista dos do castelo, para lhes mostrar a estima que faziam de uma acção tão valorosa (...). (*Mercúrio Português*, Agosto de 1664)

O (...) duque do Cavadal (...) pela sua parte andou desafiando e travando escaramuças com grande valor (...). (*Mercúrio Português*, Setembro de 1664)

Mas prevaleceu o voto dos mais resolutos, sendo entre eles o do conde de São João (...). (*Mercúrio Português*, Novembro de 1663)

Pedro Jacques de Magalhães (...) entrou em Castela a armar às tropas que se alojavam na Sarça. Saíram elas ao encontro, mas os nossos as investiram com tal resolução que às cutiladas as fizeram recolher pelas portas dentro (...). (*Mercúrio Português*, Março de 1663)

De qualquer modo, se dava relevo aos insatisfeitos partidários do infante D. Pedro, o redactor do periódico, no mesmo quadro de galvanização das hostes portuguesas, também se esforçou por propagandear os feitos de personalidades menores da guerra da Restauração da Independência, ombreando-os com os outros, desde que estes personagens fossem afectos ao partido de Castelo Melhor e do Rei. São exemplos as notícias sobre o conde da Atouguia, um dos membros do governo inicial de Castelo Melhor, comandante de uma frota que alegadamente nunca combatia porque o inimigo se recusava a fazê-lo, ou as notícias sobre Afonso Furtado de Mendonça, general e futuro governador-geral do Brasil, cujos feitos militares, não obstante, foram de pouca monta quando comparados aos do duque de Cadaval, do conde de São João da Pesqueira ou de Pedro Jacques de Magalhães:

Saiu o conde de Atouguia em 13 deste mês. No dia seguinte lhe disse um navio que os inimigos andavam em 38 graus. Foi logo a buscá-los, mas já os não achou porque de um estrangeiro que saiu de Lisboa soube Monte Sarcho



que saía a nossa armada e achou conveniente retirar-se (...). (*Mercúrio Português*, Novembro de 1664)

Enfim (...) chegaram alguns infantes que Afonso Furtado de Mendonça, com grande juízo, havia mandado em seguimento da cavalaria, e ele se pôs em marcha com o resto (...), tanto que (...) deu a primeira carga. Logo o inimigo se pôs em retirada, deixando-nos (...) o campo e nele muitos mortos e feridos (...). (*Mercúrio Português*, Janeiro de 1664)

Em resumo, pode afirmar-se que a exaltação das figuras de Castelo Melhor e de D. Afonso VI, no quadro da sustentação da guerra pela Restauração da Independência, foi desenvolvida por António de Sousa de Macedo, no *Mercúrio Português*, pela hábil subordinação da informação à propaganda. Para isso, recorreu, todavia, à verdade (a verdade também pode ser propagandística), e também a meias-verdades e omissões, mas nunca recorreu à mentira. Por um lado, várias das matérias publicadas no periódico permitiam exaltar a figura do Soberano e do seu valido e reabilitar a imagem do Rei, severamente afectada pelos rumores que o davam como incapaz, colando-lhe as qualidades cristãs e políticas que constituíam, à época, o imaginário do monarca ideal; por outro lado, essas e outras matérias permitiam justificar os actos do monarca e do seu valido, explicar as políticas governamentais, insuflar ânimo para os combates pela independência do Reino, assegurar que o país estava ser governado com eficácia, beneficiando da protecção divina, e ainda responder às críticas e propaganda adversária. De facto, num século absolutista em que, não obstante, os países se urbanizavam, convinha, de alguma forma, tranquilizar as incipientes correntes de opinião, que, em Inglaterra, tinham mesmo desencadeado uma revolução que tinha terminado com a decapitação do Rei. E se em Portugal se avolumavam os rumores sobre a incapacidade de D. Afonso VI para reinar, então o jornalismo – recém-introduzido no País – poderia, conforme descobriu Sousa de Macedo, ser uma arma para fazer contrapropaganda. Os resultados não foram os pretendidos, uma vez que D. Pedro haveria de forçar o impedimento de D. Afonso VI (e de passagem acabou por casar com a mulher do irmão) e de congregar em si o poder absoluto antes mesmo de subir ao Trono como D. Pedro II – um aviso para os que crêem nos efeitos onipotentes do jornalismo e da propaganda quando confrontados com a realidade quotidiana. Mas o *Mercúrio Português* esforçou-se por cumprir bem o seu papel político, partidário e nacionalista.

Mesmo que tenha perdido a aposta política, António de Sousa de Macedo não perdeu, em todo o caso, a aposta jornalística, podendo ser fundadamente considerado um dos



principais precursores do jornalismo em Portugal. Ele deixou páginas e páginas de notícias escritas de forma clara, concisa e simples, que, historiograficamente, fazem um retrato aproximado da vida em Portugal, e da vida na Corte portuguesa em particular, no miolo do século XVII.

Considerações finais

Comparando-se os dados recolhidos pela leitura do *Mercúrio Português* com os dados da *Gazeta* “da Restauração” recolhidos no estudo de Sousa *et al.* (2010) pode afirmar-se, como primeira conclusão, que há uma certa sequencialidade no estilo e não um corte abrupto. Isto é, ao contrário do que afirmam historiadores como Tengarrinha (1989, 41) ou Pena Rodríguez (1994, p. 332), não é notória uma (r)evolução estilística notória entre a *Gazeta* e o *Mercúrio*. Em alguns pontos, aliás, o *Mercúrio* é até mais *arcaico* do que a *Gazeta*, como sucede, por exemplo, na invocação sucessiva do favor de Deus. E é, igualmente, menos cosmopolita, devido à relativa ausência de informação internacional. Portanto, na perspectiva do estilo e da informação, não se pode considerar o *Mercúrio Português* como um produto jornalístico mais avançado do que o periódico que o precedeu. É-o, todavia, num ponto não despidendo para o jornalismo – a regularidade na publicação. A efectiva *periodicidade* do *Mercúrio*, que contrasta com o que sucedia com a *Gazeta* “da Restauração”, merece ser assinalada.

Uma segunda consideração que deve ser equacionada é a de que a intenção propagandística presidiu, verdadeiramente, a várias das informações do *Mercúrio* sobre a acção do Soberano, do seu “valido”, o conde de Castelo Melhor, dos restantes secretários e conselheiros do governo e dos militares envolvidos na guerra pela Restauração da Independência do Reino. O Soberano é sempre apresentado desde um ângulo favorável e omite-se qualquer crítica ao monarca ou referência às suas incapacidades, apesar de, indirectamente, se detectar que o jornal fazia contrapropaganda, de forma aparentemente inócua, às insinuações sobre a falta de aptidão de D. Afonso VI para deter as rédeas do País. Efectivamente, pode dizer-se que um discurso, ao evidenciar determinadas coisas, oculta sempre outras, como bem dizia o padre António Vieira, contemporâneo do jornal. O *Mercúrio Português* não escapou a essa regra. Um dos assuntos que silenciou foi precisamente a acção política do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II, na luta que travou com o seu irmão e com o



conde de Castelo Melhor para ascender ao poder. D. Pedro II, ainda na qualidade de mero Infante, é ostracizado no *Mercúrio*. Quando é referido, é-o tendencialmente como leal companheiro e irmão do monarca, ou até, inocuamente, como Sua Alteza, uma espécie de adereço de Sua Majestade. Também omitida foi a conjura palaciana que subtraiu o poder à competente Rainha-Mãe para o depositar, via D. Afonso VI, nas mãos do conde de Castelo Melhor. Estranhamente, num País em guerra, também são omitidos pelo *Mercúrio* hipotéticos dotes de chefia militar do chefe de Estado, apesar de o redactor do periódico alinhar claramente pelo partido da manutenção da guerra com Castela.

A terceira conclusão que se pode extrair é que, apesar dos esforços de António de Sousa Macedo, a propaganda do Rei e do governo de Castelo Melhor (e a contrapropaganda à propaganda do partido de D. Pedro) através do *Mercúrio Português* não bastou para assegurar a sua continuidade no poder. O partido de D. Pedro e de Dona Maria Francisca de Sabóia alcançou o poder apesar do periódico ou até, quiçá, contra o periódico – que, não obstante, não deveria ser lido em larga escala, razão pela qual nunca poderá ter exercido grande influência, em especial fora da Corte. A propaganda veiculada pelo *Mercúrio Português*, mesmo quando travestida de informação, terá tido, principalmente, o papel de fortalecer as convicções dos partidários do conde de Castelo Melhor e de D. Afonso VI e de os animar e pouco impacto terá tido no que toca a mudanças de opiniões do partido de D. Pedro. Serviu, igualmente, a causa da Restauração da Independência, graças ao exaltado apoio dado aos militares portugueses, mas também se poderá dizer que engrandeceu um sentimento bélico contrário aos propósitos dos que procuravam a paz com Castela.

Referências

ANÓNIMO [António de Sousa de Macedo ou Pedro Severim de Noronha?] e BRAZÃO, Eduardo. **D. Afonso VI segundo um manuscrito da biblioteca da Ajuda sobre o seu reinado/António de Sousa de Macedo, apresentado e publicado por Eduardo Brazão**. Porto: Civilização, 1940.

CUNHA, Alfredo da. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

DIAS, Eurico Gomes. **Olhares sobre o *Mercúrio Português* [1663-1667]**. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro e FARIA, Maria da Graça Pericão de. **Índice do *Mercúrio Português***. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto. Historia del periodismo português, in PIZARROSO QUINTERO, Alejandro, **Historia de la prensa**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994, p. 331-352.

SOUSA, Jorge Pedro *et al.*. **A *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português: Uma análise do discurso**. Volume I. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

VIEIRA, Padre António e AZEVEDO, João Lúcio (Org.). **Cartas do padre António Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.